

ATA DE REUNIÃO

OBJETIVO	1ª Reunião do Comitê de Comunicação e Transparência
DATA	22 de junho de 2026
LOCAL	Google Meet
COORDENADORES DA REUNIÃO	Desembargador Roberto Basilone Leite
PROAD	4219/26

PRESENTES

NOME	ÁREA
Roberto Basilone Leite	Desembargador do Trabalho - coordenador do Comitê
Maria Aparecida Jeronimo	Juíza Auxiliar da Presidência
Ana Luísa Vasel	Secretária-Geral da Presidência
Fernanda Gomes Ferreira	Diretora-Geral
Roberto Carlos de Almeida	Secretário-Geral Judiciário
Ricardo Ganzo Weickert Caldas	Assessor da Ouvidoria
Marcelo Moretto	Representante da Segest
Camila Sartori Velloso Abreu	Diretora da Secom/Unidade de apoio executivo

A reunião foi aberta pelo coordenador, desembargador Roberto Basilone Leite, que destacou ser este o primeiro encontro do comitê recém-criado.

Em seguida, passou-se às deliberações.

Assuntos tratados/deliberações

1. Criação de canal de comunicação interna do Comitê

Debateu-se a utilização do *Google Chat* (conectado ao novo sistema de monitoramento de atividades do tribunal) versus o *WhatsApp*. Servidores pontuaram o receio do excesso de grupos e invasão de privacidade, enquanto magistrados relataram dificuldades em visualizar alertas do Google Chat em tempo hábil.

Ficou definida a criação de um grupo restrito no WhatsApp, sob as seguintes condições:

- Uso exclusivo para assuntos urgentes e gestão de crises do comitê.
- Proibido o uso para envio de saudações corriqueiras ou sugestões de pautas triviais (que devem ser enviadas diretamente à Camila/Secom).

2. Critérios de noticiabilidade e Manual de Comunicação

A Secom realiza a triagem de notícias baseando-se no Manual de Comunicação Social do TST, disponível na "Sala de Imprensa" do portal do TRT-SC.

Alinhamento: O comitê concordou em manter a adoção do manual do TST em vez de criar um código próprio, pois a norma federal confere maior respaldo técnico à Secom ao negar pedidos de divulgação que não preencham os requisitos jornalísticos.

3. Campanhas institucionais e Selo CNJ

- **Assédio:** Campanha realizada em maio. Relatório final com prazo de preenchimento até 31 de julho de 2026.
- **Violência Doméstica (Programa Acolher e Proteger):** Campanha em parceria com a Ouvidoria da Mulher (finalizada em 26/6). Relatório final com prazo de preenchimento até 31 de julho de 2026.
- *Mudança de Calendário:* Para evitar o acúmulo de pautas no Mês da Mulher (março) e a correria do encerramento do Selo CNJ (junho/julho), ficou definido que a partir deste ano a campanha será fixada no Agosto Lilás.

4. Curso de Mídia Training

A juíza Maria Aparecida Jeronimo e o desembargador Roberto Basilone elogiaram a edição do curso de oito horas promovido pela Escola Judicial (Ejud), a pedido da Secom, no início de junho.

Encaminhamento: O comitê solicitará à Ejud novas edições do curso, idealmente com carga horária ampliada (dois dias), visando capacitar mais magistrados e diretores (servidores) como porta-vozes oficiais do Tribunal perante mídias eletrônicas.

5. Comunicação visual da fachada do Tribunal

Foi apresentada a proposta de modernização da comunicação visual da fachada do edifício-sede, com a utilização de totem digital para divulgação de notícias, campanhas institucionais e comunicados, substituindo gradativamente as atuais faixas e plotagens instaladas na entrada do Tribunal.

Os integrantes manifestaram entendimento de que a medida contribuirá para uma identidade visual mais limpa, moderna e alinhada à imagem institucional do TRT-SC, além de permitir maior dinamismo na divulgação de conteúdos, contemplando tanto campanhas institucionais quanto comunicações de programas permanentes e do sindicato, em espaço específico no equipamento digital.

Durante a discussão, foi destacado que a permanência das faixas na fachada compromete a identidade visual do prédio, gera poluição visual e pode causar confusão quanto à origem das mensagens expostas, especialmente no caso das faixas do sindicato, que podem ser interpretadas como manifestações institucionais do Tribunal.

Ao final, o Comitê deliberou por encaminhar sugestão à Presidência para que seja realizado estudo visando à adoção do totem digital como principal meio de comunicação na fachada do edifício-sede, com a consequente retirada das faixas e plotagens atualmente existentes, preservando espaço adequado para divulgação das comunicações institucionais, dos programas do Tribunal e do sindicato por meio da nova ferramenta. Ficou consignado que caberá à Presidência definir a estratégia de implementação da medida e a interlocução necessária com os envolvidos.

6. Pontos críticos e desafios operacionais da Secom

A diretora da Secretaria de Comunicação Social apresentou aos integrantes do Comitê os principais pontos críticos atualmente enfrentados pela unidade.

Em relação às transmissões de sessões e eventos institucionais, destacou que a atividade cresceu significativamente após a pandemia e passou a atender não apenas às sessões de julgamento, mas também cursos, palestras e diversos eventos realizados pelo Tribunal. Embora a equipe tenha sido reforçada com um servidor (totalizando duas pessoas no núcleo), a demanda continua superior à capacidade operacional disponível, agravada pela perspectiva de aposentadoria de um dos servidores da área e pela inexistência de estrutura específica para absorver essas atividades.

Também foi ressaltado que a Secom passou a assumir atribuições relacionadas à operação técnica de som e imagem do Tribunal Pleno e do auditório, além da gestão desses espaços, responsabilidades que extrapolam sua missão institucional. Os participantes reconheceram a necessidade de buscar solução estrutural para a organização das transmissões e da gestão dos eventos institucionais, considerando a crescente demanda e os riscos decorrentes da atual forma de funcionamento.

Outro ponto apresentado foi a contratação de serviços de fotografia. A diretora relatou as dificuldades enfrentadas com os contratos vigentes, em razão da baixa qualidade dos serviços prestados por empresas vencedoras das licitações, o que tem comprometido a cobertura fotográfica dos eventos e, em diversas ocasiões, exigido que a equipe da Secom utilize imagens extraídas das gravações em vídeo. Informou, contudo, que está em andamento novo modelo de contratação, com expectativa de melhoria na qualidade do serviço.

Os membros do Comitê também debateram os desafios decorrentes do aumento expressivo do número de eventos institucionais realizados no Tribunal, destacando a necessidade de aperfeiçoar a coordenação dessas atividades, com melhor planejamento, centralização das agendas e definição de fluxos que permitam maior previsibilidade e adequada utilização das equipes envolvidas. Ficou registrado o entendimento de que o tema deverá continuar sendo acompanhado e discutido em futuras reuniões, inclusive no âmbito do Comitê de Reestruturação.

Encerramento

Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada. A presente ata reflete os pontos discutidos e as deliberações firmadas pelos membros presentes.

FECHAMENTO DA ATA

DATA	NOME DA REDATORA	CONTATO
08-07-2026	Camila Sartori Velloso Abreu	3216-4348